



Número 23 Maio 2006
NOTA TÉCNICA

A BOLÍVIA, O BRASIL E O GÁS

A Bolívia, o Brasil e o Gás

No dia 1º de Maio deste ano, uma nova lei do governo boliviano determinou um prazo de 180 dias para a passagem do controle acionário das empresas petrolíferas estrangeiras que operam no país para a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), a empresa estatal petrolífera da Bolívia, cujos principais ativos, incluindo refinarias e áreas de produção, haviam sido privatizados ao longo dos anos 90. Uma das empresas “estrangeiras” que atuam na Bolívia é a brasileira Petrobras.

Essa determinação, em realidade, coloca as negociações que já estavam em curso para a efetivação do controle dos hidrocarbonetos do país pelo Estado boliviano em um novo patamar, mas a negociação segue.

O novo governo boliviano caminhou no sentido que já havia sinalizado: o da retomada do controle sobre as reservas de hidrocarbonetos e agora negocia a operação das áreas de produção e refino. A idéia é que as empresas internacionais que operam na Bolívia funcionem como prestadoras de serviços, e o "ressarcimento" das atuais controladoras – que é isso, de fato, o que está embutido na questão da tal venda do controle acionário à YPFB – é obrigatório, mas não há definição sobre por quanto essa venda se dará, aspecto central da negociação.

Tecnicamente, no curto-prazo, tudo indica que o Brasil não pode prescindir do gás boliviano, que corresponde a mais de 50% do consumo brasileiro, ou cerca de 24 milhões de metros cúbicos por dia, com sua utilização especialmente concentrada na área industrial em S. Paulo e nos três estados da Região Sul). Ao mesmo tempo, porém, a Bolívia não pode prescindir do Brasil como mercado, uma vez que o consumo brasileiro corresponde a cerca de 75% do gás produzido na Bolívia. Em caso de rompimento, restaria como opções de grandes consumidores do gás boliviano, o Chile ou os EUA, e ambas as possibilidades aparecem como econômica e politicamente problemáticas para o país, o que já foi expresso por eleitores e movimentos sociais do país.

Assim, existem fortes interesses para que os acordos continuem de pé, e aparentemente existe disposição negociadora para tal. O objetivo do novo governo boliviano, já expresso pelo então candidato Evo Morales na campanha eleitoral, é aumentar

a receita do Estado boliviano com o gás. Na verdade, ainda antes da campanha, Evo e seu partido batalhavam pela ampliação dos impostos sobre o gás, de modo que a renda do Estado boliviano, com seu recurso mineral mais importante, aumentasse e permitisse a ampliação dos programas sociais. Essa disposição de controle e de ampliação das rendas do gás para os bolivianos já tinham sido também expressas em vários momentos pelos eleitores e movimentos sociais na Bolívia, e a campanha e disposição para tal resultou inclusive na remoção recente de alguns presidentes do país que insistiam em contrapor o entendimento da maioria da população sobre o tema. Assim, o tema é bastante sensível para os bolivianos, e não levar um de seus principais compromissos de campanha adiante poderia contrapor o presidente Evo Morales com sua própria base social de sustentação.

O grande problema - e a forma de anúncio pelo governo boliviano e a cobertura da grande imprensa brasileira sobre o tema mostraram isso - é que as conjunturas políticas nos dois países agudizam o acompanhamento da mídia e as paixões populares em torno a esse processo negocial.

No caso brasileiro, a grande mídia aproveitou um tema potencialmente sensível para desgastar ainda mais o Governo Lula, buscando, agora, atingir sua política externa, área em que o governo vem, em geral, contando com boa avaliação pela maior parte da população. Tenta, assim, criar pânico em torno da possibilidade de ocorrer um novo “apagão”, agora do gás, pois ainda está fresco na memória de muitos os acontecimentos do segundo Governo Fernando Henrique na área de energia. Levanta, ainda, a possibilidade de aumento dos preços do gás, que afetaria principalmente a indústria, o que poderia resultar em repasses para várias áreas caso concretizado, e para os consumidores que adaptaram seus carros para a utilização do gás veicular.

O uso do gás cresceu muito no país nos últimos anos, em função de ser um combustível considerado de qualidade, com alta capacidade energética e nível de poluição mais reduzido. De acordo com a Petrobrás, em 2004, a indústria consumia 59% do gás natural no país, enquanto os domicílios respondiam por apenas 3% do consumo. No setor industrial, um quarto do consumo era da indústria química, 17% da indústria siderúrgica e metalúrgica, 11% da indústria de fertilizantes, outros 11% da indústria cerâmica, 10% de têxtil, papel e celulose, entre os principais usuários. Os principais estados onde o gás boliviano é distribuído são: São Paulo, onde cerca de 75% do consumo é abastecido pelo produto da Bolívia, além de atender integralmente aos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Vale lembrar que os preços do gás boliviano já vinham subindo há algum tempo, pois contratualmente encontram-se relacionados aos preços do petróleo. Por isso, entre janeiro de 2000 e abril de 2006, enquanto o petróleo (precisamente o West Texas, na Bolsa de Nova Iorque) passou de US\$ 27,64 por barril a US\$ 71,08, os preços pagos pelo gás boliviano subiram de US\$ 1,49 por milhão de BTU a US\$ 3,70 por milhão de BTU. Ou seja, ambos subiram em torno de 150% no período. Cabe, aqui observar que os valores atingidos pelo gás em países como os EUA, por exemplo, onde seu preço é de cerca de US\$ 7 por milhão de BTU.

No caso boliviano, há que lembrar a sensibilidade do tema para a população - que, no período recente, resultou na derrubada de dois presidentes no país - pois segue existindo uma posição firme do movimento social organizado na Bolívia, e do eleitorado, sobre a questão, uma vez que o gás é visto por todos como grande fonte de recursos para as políticas sociais no país. Apenas em 2005, a Bolívia arrecadou com impostos e royalties pagos pela Petrobrás, segundo divulgado, cerca de US\$ 700 milhões, e as expectativas são de esse valor passar para cerca de US\$ 1,5 bilhão, em 2006.

Vale lembrar ainda o processo constituinte na Bolívia, que está em curso, com a nova Constituinte devendo se instalar no início do segundo semestre deste ano. Discussões importantes, como a própria possibilidade de fratura do Estado nacional boliviano – o tema das autonomias regionais e do controle dos recursos pela regiões é importante para “departamentos” (estados) com base separatista, como os de Tarija, ao Sul, e Santa Cruz, à Leste) – devem estar na pauta. Além disso, este processo vêm fazendo com que tanto lideranças indígenas como a Central Obrera Boliviana (a COB, histórica central operária do país) aumentem a pressão sobre o Governo de Evo Morales cobrando várias de suas promessas de campanha, uma delas, talvez a mais importante, a própria questão do gás.

Ou seja, o tema é candente, e a conjuntura dos dois lados da fronteira também não ajuda muito a uma discussão menos apaixonada neste momento.

Entretanto, a discussão do tema para a frente, e para além dos excessos e arroubos nacionalistas de lado a lado, deveria ser enquadrada dentro de parâmetros mais amplos, e poderia apontar para a constituição de uma nova matriz energética continental, onde o gás seguramente teria papel fundamental, mas o tema não poderia ficar restrito a ele. Talvez se possa ancorar em uma nova estrutura empresarial que integre as grandes empresas públicas petrolíferas da região (especialmente nucleado em torno de um entendimento entre a brasileira Petrobrás e a venezuelana PDVSA, as duas maiores, mas não se restringindo a

apenas elas). O tema não é novo e já foi aventado anteriormente. Esse novo enquadramento permitiria sair positivamente da atual tensão entre os interesses imediatos de dois Estados nacionais, partindo para uma discussão mais ampla de futuro que passaria, no caso, pela integração sul-americana, ampliando os países e interesses envolvidos e permitindo a discussão de um futuro comum na região.

DIEESE

Direção Executiva

Carlos Andreu Ortiz – Presidente
STI. Metalúrgicas de São Paulo
João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente
Sind. Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Secretário
SEE. Bancários de São Paulo
Carlos Eli Scopim – Diretor
STI. Metalúrgicas de Osasco
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
APEOESP
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI. Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora – Diretor
STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Asseio e Conservação
do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta – Diretor
STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de desenvolvimento e estudos
Nelson Karam – coordenador de relações sindicais

Equipe técnica

Adhemar Mineiro
Cornélia Nogueira Porto
Patrícia Lino Costa
Iara Heger (revisão)